



1 - Dados do(a) Ex-Servidor(a)

Situação na data do óbito (marcar 'x')	Data de Óbito	PIS/PASEP	RS/RF (registro sistema)		
Ativo/a () Aposentado/a ()	/ /				
Nome do(a) ex-servidor(a)			Gênero (M/F)		
RG	Nome da Secretaria	ou Autarquia			
Nome do Cargo	Estado Civil	Data de Nascimento / /	CPF		
1.1 No caso de ex-servidor(a) inte Penitenciária e Agente de Escolta e de agressão sofrida no exercício ou	e Vigilância Peniter	nciária, informar se			
SIM		NÃO			
1.2 O óbito do(a) ex-servidor(a) foi ou do trabalho?	decorrente de acid	dente de trabalho o	u doença profissional		
SIM	NÃO				
Obs: A resposta SIM aos itens 1.1 integral do Processo Administrativo as causas do óbito.	•	·			
O(a) ex-Servidor(a):					
	ou não da pensão,	de quaisquer núp	os filhos beneficiários cias ou reconhecidos em na relação abaixo:		



Nome

REQUERIMENTO DE PENSÃO POR MORTE DE EX-SERVIDOR CIVIL

Sexo

Estado Civil

Inválido

(Sim/Não)

Incapaz

(Sim/Não)



Data de

Nascimento

2 - Dados do(a) Requer	ente					
Condição de dependente						
Cônjuge/Viúvo () - Coi	mpanheiro(a) () - Filho(a	a)()	- Outros	() Qı	ual:
Nome						Gênero (M/F)
CPF	RG		Órgá Emis			Data da Emissão
Endereço Residencial				Bairro		
Cidade				Estado	CE	P
Telefone (DDD/Número)	E-mail					
* Banco	Agência			Conta Cor	rente Ind	ividual

* Só poderá ser utilizada conta corrente que <u>não</u> seja do Banco do Brasil caso o requerente resida em município fora do Estado de São Paulo e este não possua agência do Banco do Brasil.

Obs.: A conta corrente deve ser individual.





3 - Identificação do(s) Dependente(s)

· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·					casamento (ou seja, não estava com o(a) ex-servidor(a) na data
SIM			N	IÃO	
Em caso negativo, desde	e qual data: _				
3.2 Convive ou convivoservidor(a)?	eu em Uniã	o Estáv	vel com out	ra p	essoa após o óbito do(a) ex-
SIM			N	ÃO	
Em caso positivo, inform	ar:				
Nome do(a) companheir	o(a):				
Data estimada da constit	tuição da Uni	ão está	vel:		
3.3 Dependente inválido	ou com defic	ciência i	ntelectual, m	ental	I ou grave?
SIM			NÃO	C	
Obs: A resposta SIM ao	item 3.3 só	produzir	rá efeitos apo	ós a	apresentação de documentação
comprobatória e realizaç	ão de perícia	nédica	a que ateste f	tal co	ondição.
sejam também solicitar (curador, tutor, guardião	ites da pens procurador)	são pre	videnciária p	or r	equerente, desde que estes não morte) ou Representante Legal ixo para subscrever este pedido:
Representante Natural/L	.egal				
RG		CPF			
Endereço			1		Número
Complemento	Bairro	Bairro		Cidade	
Estado	Telefone				





3.4.1 Tipo de representação: Representante natural Curador Tutor Procurador [Guardião [No caso de Representante Legal (curador, tutor, guardião, procurador), o documento/certidão que comprove tal condição deverá estar atualizado com, no máximo, 1 ano da sua expedição. **3.4.2** Caso seja Representante Legal: Já representa outro beneficiário da São Paulo Previdência? Não Sim Caso positivo, informar os dados (devido ao espaço, caso preciso, emitir declaração apartada): Nome: _____ CPF: ____ Tipo de benefício: () aposentadoria () pensão civil () inatividade militar () pensão militar Nome: _____ CPF: _____ Tipo de benefício: () aposentadoria () pensão civil () inatividade militar () pensão militar

I - DECLARO QUE:

a. Tenho pleno conhecimento da legislação que estabeleceu o regime de pensão da SÃO PAULO PREVIDÊNCIA, em especial o fato de que o casamento, a união estável e a emancipação, bem como a quebra de dependência econômica, são motivos para perda da pensão, de acordo com a Lei Complementar Estadual 1.354/2020 e que tenho ciência do dever de informar imediatamente e por escrito qualquer modificação da condição pessoal à autarquia, ou seja, que tenho obrigação de comunicar qualquer alteração superveniente do meu estado civil, inclusive estabelecimento de união estável, capacidade e cessação de invalidez, sob pena de incorrer nas sanções legais cabíveis.

Nome: _____ CPF: ____

Tipo de benefício: () aposentadoria () pensão civil () inatividade militar () pensão militar

- b. Após o óbito do servidor NÃO CONTRAÍ MATRIMÔNIO, NÃO VIVO EM UNIÃO ESTÁVEL COM NENHUMA PESSOA;
- c. A ocorrência desses eventos deverá ser comunicada, imediatamente, por escrito, à SPPREV. O não cumprimento dessa providência acarretará cobrança das importâncias pagas indevidamente, sujeitando o responsável às penalidades previstas nos artigos 171 e 299 do Código Penal.





- d. Estou ciente de que anualmente devo me recadastrar, bem como meus filhos menores, em uma agência do Banco do Brasil S/A ou diretamente na sede da SPPREV ou em um de seus Postos Regionais, nos respectivos meses de aniversário, e que, a ausência de recadastramento e desatualização cadastral acarretarão a suspensão do pagamento do benefício, portando os seguintes documentos: RG; CPF; Comprovante de residência e/ou outro documento que venha a ser solicitado de acordo com a Portaria de recadastramento da SPPREV publicada anualmente e disponível no site da SPPREV.
- e. Estou ciente de que eventuais débitos do(a) ex-servidor(a) em relação ao órgão de origem ou em relação à SPPREV poderão ser descontados no pagamento da pensão.
- f. Estou ciente de que, em caso de recebimento de má-fé de valores a título de pensão por morte, será devida a restituição dos valores indevidamente recebidos, sem prejuízo das medidas administrativas e judiciais cabíveis.
- g. Estou ciente de que devo informar a condenação criminal por sentença com trânsito em julgado, como autor, coautor ou partícipe de homicídio doloso, ou de tentativa desse crime, cometido contra a pessoa do instituidor, ressalvados os inimputáveis.
- h. Estou ciente que devo declarar e comprovar conforme regulamento a data de início da união estável.
- i. São verdadeiras todas as afirmações acima prestadas, ciente de que a não veracidade poderá acarretar a instauração dos competentes processos administrativos e judiciais, inclusive o crime de falsidade previsto no artigo 299 do Código Penal, que prevê pena de 1 a 5 anos quando alguém em documento público: "Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante";

II - AUTORIZO:

- a. A qualquer título e ocasião, que sejam feitas as devidas averiguações sociais, ou outros procedimentos, que objetivem apurar a veracidade das afirmações contidas na documentação apresentada no requerimento de pensão;
- b. Por este ato, em caráter irrevogável, a instituição bancária por mim indicada a acatar as ordens de estorno de valores que ingressarem indevidamente na conta corrente de minha titularidade, originária de benefícios/proventos, quando de solicitação pela São Paulo Previdência SPPREV, ficando a instituição financeira isenta de toda e qualquer responsabilidade quanto aos procedimentos então adotados pelo órgão pagador.

 / de	de
(Local/Data)	